

Antiquitvs

(Continuação d-O Arch. Port., xxiii, 74)

XXIII

**Quatro «silos» ou celeiros encontrados no Chiado
Olaria portuguesa antiga. — Covas dos mouros: sua antiguidade
A cêrca do Carmo**

Como succede em todas as velhas cidades, é raro que se façam remeximentos no subsolo olisiponense sem que surjam vestígios mais ou menos curiosos dos antigos habitantes da capital portuguesa.

Nestes últimos dez anos, algumas obras de transformação de estabelecimentos comerciais de Lisboa têm necessitado, na área do terreno por elles occupada, de escavações relativamente profundas, que ocasionaram o achado de antiquilhas.

Isto demonstra que se conserva, debaixo das habitações e do pavimento das ruas, uma zona arqueológica mais ou menos recoberta; para o aproveitamento de todos os elementos de estudo ainda existentes conviria, pois, esquadrinhá-la minuciosamente todas as vezes que é atacada pelo alvião dos cabouqueiros. Não é verdade que, embora se trate de velharias, podem aparecer novidades?

Neste sentido a Câmara Municipal de Lisboa podia, pelas suas repartições técnicas, visto como nenhuma obra se empreende sem seu prévio conhecimento, prestar à própria história progressiva da cidade um grande serviço, fazendo oportunamente aos encarregados dos trabalhos subterrâneos as prevenções e intimações necessárias.

O que até agora tem sido descoberto e aproveitado quasi sòmente se deve ao zêlo individual de engenheiros illustres ou a algumas prevenções directas feitas pela Associação dos Arqueólogos aos donos ou mestres de várias obras. Seria por isso de desejar que todas as pessoas que intervêm nos revolvimentos de camadas subterrâneas, ou a elles assistem, não deixassem perder o menor vestígio de arte ou da indústria do passado, por mais mesquinho que se lhes figurasse. *Migalhas é pão*, proclama o conceito popular.

*

O presente artigo, bem como os que o precederam com o mesmo título geral, visam apenas a uma cruzada de leves estudos da Anti-

guidade, cujo alcance social de pacificação não é para menoscabar, e por isso a preferência que os caracteriza pelo campo arqueológico de Lisboa e seus arredores obedece ao plano de estimular o interesse dos leitores por antiquilhas de ao pé da porta.

É do coração da capital o caso deste número de ordem. Em Abril de 1920, ao caboucar-se o subsolo do estabelecimento comercial que existia na Rua de Garrett n.º 30, encontraram-se bastantes artefactos de olaria doméstica que, pela sua variedade, formaram uma curiosa série. Não assisti à exumação dessas pequenas antiquilhas, mas, prevenido por pessoa amiga, ainda pude fazer breves observações no local.

À profundidade de cerca de 3 metros, e junto da parede traseira do prédio, encontraram-se quatro avantajadas covas, de contornos mais ou menos arredondados, escavadas na marna consistente da colina do Carmo, e cheias de entulhos, em que os restos cerâmicos abundavam. Estavam as covas dispostas em quadro, mas já só pude ver duas e essas incompletas, o que comprovava a depredação exercida. Havia mais uns vestígios de paredes aterradas, mas não pude reconhecer o seu destino.

Encontraram-se exemplares íntegros de vasilhame de barro fôsko ou não vidrado, aos quais poderiam ajustar-se várias denominações da actual olaria caseira. José Queirós, que me acompanhou em uma das minhas visitas, encantou-se da eurtmia dalgumas peças e, valendo-se do seu lápis de artista, deixou no seu caderno o registo das mais lindas. Perder-se-iam essas notas?

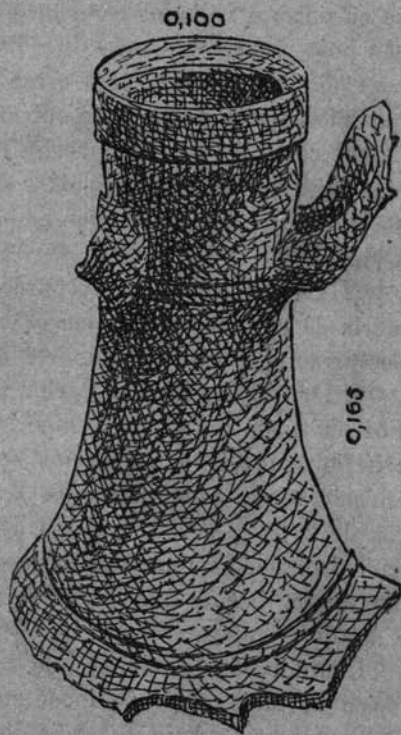
Ouvi que outro ilustre apreciador de arte, também já falecido, Luís J. Fernandes, mandara fotografar alguma cerâmica deste espólio; no Museu da Associação dos Arqueólogos só ficaram recolhidos dois fragmentos de prováveis grandes bilhas. Extraviar-se-ia o núcleo principal?

Entre os objectos reunidos no próprio local das escavações, vi um colunelo de calcáreo, que me pareceu do século XIV ou XV e um calhau rolado de granito; a esta pedra fôra dada provavelmente alguma utilização de carácter primitivo. Mas a série cerâmica parecia do século XVI ou XVII, tanto quanto se me afigurou nas visitas que fiz ao lugar dos achados.

Um dos fragmentos (são dois idênticos) guardados no Museu do Carmo está representado em frente. É o colo duma hipotética bilha de barro, com 0^m,17 de altura e 0^m,19 de diâmetro na bôca. Biansada e sôbriamente decorada, esta vasilha deveria caracterizar-se por uma graciosa galba, talvez de arcaica inspiração.

¿E quantas formas populares da nossa olaria doméstica não são ainda hoje a sombra que nos é projectada, através dos séculos, pelas séries clássicas da cerâmica antiga? A forma presumível d'este exemplar recorda a suprema graça de linhas de uma vasilha, aliás contemporânea, a *quarta* de ir à fonte no Algarve (Loulé), caracterizada também por duas asas largas, caneladas, quási perfeito homomorfismo de ânforas gregas. Deviam ter sido assim as lindas bilhas, um de cujos gargalos se representa na figura junta.

Note-se porém que as asas das duas bilhas exumadas subiam provavelmente ao nível da bôca, com uma curvatura serpentiforme, que reaparece muito atenuada na *quarta* de Loulé; não assim já em uma região menos meridional, onde a mesma particularidade se conserva no *pote* e no *asado* de Miranda do Corvo. E contudo a corrente artística, em que estas formas graciosas sobrenadavam, teria entrado pelo Sul do país, donde se derramaria, remontando, como em tudo, os trajectos fluviaes.



*

E as covas? Provavelmente eram celeiros, tulhas ou, para ferir o termo justo, *silos* medievais.

Uma possível atribuição preistórica julguei que devia ser posta de parte. É que escavações subterrâneas de bem semelhante configuração têm sido estudadas em Portugal, sendo porém diverso o seu destino, pois que essas serviram de depósitos sepulcrais de épocas que ainda não pertencem à história. Com tal aplicação, as suas dimensões eram mais avantajadas (4 a 5 metros de eixo vertical), o seu contôrno campaniforme e a entrada lateral; é o que, de maneira genérica, pode dizer-se.

As cavidades de utilização agrária eram mais ou menos acentuadamente ovóides e com pouco mais de 2 metros de altura interna.

Se puder ser cuidadosa e completa a observação do descobridor, consegue-se quasi sempre differenciar umas das outras; o que torna embaraçado o critério daquelle, é que frequentemente estes depósitos se encontram violados e repletos de entulhos heterogêneos. Intactos são hoje raros.

Contribui também para estabelecer confusão a voz popular com que são capituladas umas e outras: *covas dos mouros*. Mas nós já sabemos como é vaga e imprecisa esta inveterada designação, e como ella, para a cronologia popular, abrange tudo quanto é antigo e desusado, na presunção de que nada disso é da nossa Fé, mas anterior a ella.

¿Haverá porém alguma parcela de verdade nesta attribuição sumária de tais fossas aos *mouros*, no preciso sentido literário de árabes? Não se pode contestar, e é isso o que tentarei deslindar.

O Dr. A. dos Santos Rocha, fundador do Museu da Figueira da Foz, de quem o saber e a experiência se irmanavam a um prudente critério archeológico, esvaziou *covas* no Algarve (Bensafrim), que afirmou serem autênticos *silos* arábicos, de forma ovóide, com alturas de 2^m,20 e 2^m,80; e perto de Pombal pôde explorar uma cavidade isolada, campaniforme, de 4^m,50 por 5^m, que era verdadeiramente um jazigo funerário preistórico, como outros da Espanha e até do Algarve.

Contudo, das cavidades de natureza caracterizadamente preistórica as mais notáveis, inconfundíveis e melhor reconhecidas são as de Quinta do Anjo, lugarejo distanciado 3 kilómetros de Palmela; dessas a entrada era lateral.

No concelho de Mafra, onde decerto não faltam verdadeiros *silos*, Estácio da Veiga, defunto archeólogo algarvio, explorou grupos de *covas*, que capitulou de sepulcrais, algumas talvez com razão.

O que é também certo, é que os *silos* de carácter agrário são frequentes precisamente em regiões que os árabes senhorearam; no norte da África, no sul e centro de Portugal. A pouca distância das Caldas da Rainha (S. Gregório da Fanadia) observei alguns em grupo, com a configuração característica ovóide.

Quem seguir a estrada que, saindo de Cascais, vai passar a Alvide, não longe daquella vila, encontrará na própria berma, à direita, vestígios duma cavidade destas, que a estrada cortou.

No concelho de Sintra, são também numerosas estas tulhas antigas.

Em Lisboa mesmo já têm sido descobertas, por exemplo, para

os lados da Mouraria; e, no Museu do Carmo, há uma velha candeia de barro, trilobada, proveniente dum dêsse achados, feito em 1901. É curioso que um dos objectos encontrados nas covas de Bensafrim, acima referidas, foi também uma candeia trilobada de barro.

Viterbo, no seu *Elucidário*, relata que, bem perto do local de que me ocupo, appareceram celeiros ou *covas de ter pão*, ao abrirem-se novas ruas depois do terramoto de 1755, entre o convento de S. Francisco e a igreja da Nossa Senhora dos Mártires.

Não é citação original recordar que o cruzado inglês Osberno, que narra a conquista de Lisboa em 1147 e cujo extenso depoimento em latim foi publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica*, faz clara referência a estas fossas, onde se guardava o trigo, a cevada e o milho (miúdo).

Mas como nas regiões setentrionais da África, os *silos* eram muito comuns, em número infinito, como diz um autor e desde tempos antigos, é provável que os nossos invasores do século VIII vulgarizassem cá o seu emprêgo; e, em verdade, será essa uma das explicações da sua freqüência em certas províncias portuguesas. Aquelas populações, porém, designavam as covas com uma palavra da sua linguagem: *matmora* ou *matmure*, que se aportuguesou no vocábulo *masmorra* (R. Dozy & W. H. Engelmann e Gonçalves Viana) mas para significar restritamente uma das applicações barbarescas dêsse subterrâneos — o de cárcere ou prisão. Para indicar o depósito de cereais, ficaram-nos os vocábulos *cova* e *covela* que até passaram à toponímia, pois que o termo *silo* é de uso literário.

Nos próprios documentos da nossa idade média, nos quais o emprêgo coetâneo dos *silos* para conservação dos cereais é comprovado flagrantemente, a expressão usada é inalteravelmente a de *cova*. Bastar-me há transcrever dois trechos de inventários do derradeiro quartel do século XIV.

O primeiro fala-nos duma granja do termo, de Alcobaça e são assim as suas palavras: «Item disse o ffrade que tînha na Aldeya de sã Momedede tres couas cõ trigo tremez e outra cõ trigo mourisco».

É ainda mais instrutivo o segundo, não só por denunciar a capacidade das covas, como ainda pela curiosa circunstância da colocação nelas dum documento em que se assentava a casta do cereal ali ensilado. Lê-se no documento:

«It. lhj foj Entrege outra coua que he da ordem que iaz dentro no lagar que foj do ujnho chea de çeuada na qual iazia hũ Aluara

que cõtava que iazia na dita coua dez Mojos de pã e vinte e tres alqueires de çeuada. It. lhj foj Entrege outra coua que he da Ordem chea de çeuada A par de o Açouge Em que iazia hũ Aluara que cõtava que iazia na dita coua dez e sete Mojos e quarenta Alqueires de çeuada». Tratava se da Ordem de Avis.

Vou fazer uma terceira citação que muito particularmente interessa ao caso que me tem sugerido estas comprovações, como adiante se descobrirá.

A *Chronica do Cõdestabre de Portugal dom Nunalvrez Pereyra* consigna o seguinte a pag. 72 v: «O condestabre auia muyto pam de suas rendas, do qual nam em seus dias nunca uendeo nenhũa cousa, mas tinha esta maneyra. Mandauao todo *encouar polla terra em boõs couaões* & em quanto o pão era muyto na terra», etc.

Estes *covais* são evidentemente os silos, ainda em pleno emprêgo no século XIV.

*

O que não pode, porém, afirmar-se é que provenha dos árabes um sistema de conservação dos cereais que já era conhecido e praticado muito e muito anteriormente.

Dêle falam muito expressamente escritores latinos e dêstes vou lembrar, como principal, Caio Plínio Secundo, o eminente polígrafo, a quem devemos muitos conhecimentos geográficos da Lusitânia. Submeter a uma tradução o próprio latim do escritor romano seria desenxibir a citação; e depois, se há obra antiga tam de pronto acessível, é precisamente a *Historia Naturalis*, da qual existem dezenas de edições.

Ocupando-se *de frumento servando*, escreve C. Plínio: *utilissime tamen servantur in scrobibus quos siros vocant ut in Cappadocia & in Thracia, in Hispania & Africa...* O antigo editor da obra pliniana, de quem me socorri (1723), o Padre João Harduino, transcreve em nota elucidativa a M. Terêncio Varrão, aliás também recordado pelo próprio Plínio, para acrescentar: *quidem granaria habent subterris speluncas, quas vocant SEIROS (grego), ut in Cappadocia ac Thracia. Alii, ut in Hispania citeriore puteos ut in agro Carthaginiensi & Oscenci.*

Fica assim documentado que, já no tempo bem distante do médio evo, no de Plínio (séc. I d. C.) e de Varrão (séc. I a. C.), o *silo*, tal qual, era tido e havido como processo já praticado em partes do Oriente e Ocidente, e por esta forma vemos que é tam antiga a usança como a etimologia da palavra que empregamos.

Nalguns países, a cova que se praticava não continha directamente o cereal, mas era uma talha de barro cozido que resguardava a semente. Cronologicamente seria difficil dirimir qual o processo que foi primeiramente adoptado, se bem que o *silo* cerealifero reproduza com fidelidade os contornos dum pote, que lhe seria assim logicamente anterior.

O mais antigo celeiro constituído por grandes talhas enterradas (*pithoi*) diz-se que era o encontrado nos estratos de Hissarlique, acrópole que se presume corresponder à Tróia antiga. A altura do eixo vertical destes enormes *pithoi* atingia 1^m,70 e mais. Eram tapados por lajes; e é bem curioso notar que, dalguns dos nossos *silos*, foram encontrados os opérculos ou lascões de xisto que os tapavam na bôca e onde tinham sido gravados caracteres na sua face exterior. Podem ver-se no Museu Etnológico.

*

A respeito do achado de *covas de ter o pão* nos terrenos do nosso actual Chiado, antiga Rua das Portas de Santa Catarina, podem os leitores interessar-se por saber a maneira de explicar a existência de tais antiqualhas nesta zona lisboeta.

Parece-me simples a explicação, porque se conhece de modo positivo a história das terras em que as quatro cavidades foram encontradas.

Essa encosta íngreme, onde hoje se ergue a igreja do Sacramento, e cuja assomada se erigava, antes de 1755, dos coruchéus altaneiros de Santa Maria do Vencimento, constituía um ferragial que era a parte rústica do já chamado no século XIV o Bairro da Pedreira ou do Almirante. Esta propriedade em ruína, valhaoito de criminosos, tinha sido escambada no ano de 1399 por outra pertencente ao Condestável, que ambicionou aquella para cêrca do seu novo convento.

O Bairro da Pedreira havia pertencido anteriormente ao almirante Carlos Peçanha, cuja viúva era uma irmã de Nunalvrez, D. Joana, e provinha duma doação de D. Denis ao avô daquelle, o genovês Manuel Peçanha, almirante da frota portuguesa. Transmitem-nos estas informações os documentos e as crónicas, onde hauriram Júlio de Castilho, Oliveira Martins e, recentemente, o Sr. José Benedito de Almeida Peçanha, autor da monografia *Os Almirantes Pessanhas* (Pôrto 1923).

Nestes terrenos, que somente desde D. Fernando ficavam dentro

dos muros da velha Lisboa, mas que no tempo dos Peçanhas ainda eram revolvidos pelo arado e estavam assombrados de oliveiras, a existência de *silos* para a conservação de cereais não era pelo menos improvável, nem pelo local, nem pela época.

De lamentar foi que o esvaziamento dessas cavidades, descobertas no actual centro de Lisboa, não pudesse ter sido dirigido por pessoa que o interesse artistico ou histórico inspirasse. Mas a Arqueologia quasi só vive destes dissabores.

XXIV

Um inédito da Lisboa funerária romana

O aparecimento de epígrafes da época romana no subsolo de Lisboa deve ter sido um facto pouco raro na segunda metade do século XVIII, em consequência das reconstruções e remeximentos que o grande sismo de 1755 veio a motivar. As poucas lápides preservadas até os nossos dias procedem de achados feitos dentro desse periodo de restauração. Os autores falam-nos por exemplo da colheita de vinte inscrições romanas ao demolir-se em 1782 uma porta da mais antiga cerca de Lisboa, a *Porta Férrea* da narrativa do cruzado inglês Osberno, muito depois chamada o Arco da Consolação. Nas imediações da igreja da Madalena, as lápides incrustadas em um prédio provêm de achados notáveis que assinalaram um dos anos (1798) do aludido periodo. E se compararmos o presumível esplendor, que deve ter atingido pela civilização romana a *Felicitas Julia Olisipo*, a segunda cidade da Lusitânia, com a categoria mais modesta de outras povoações lusitano-romanas, onde tem abundado a epigrafia lapidar, poderemos concluir que a riqueza deste género de monumentos que ainda existe soterrada nos caboucos da Lisboa actual deve ser farta!

De uma de duas inscrições romanas encontradas nestas precisas condições, occupa-se o presente artigo. Em Novembro de 1922, distinguia-me o meu illustre amigo e emérito olisipógrafo, o S.^{or} Vieira da Silva, com a missiva que peço vénia de transcrever:

«... e prezado Consócio.—Na escavação a que se anda procedendo na Rua das Canastras n.º 15, foi encontrada uma pedra de mármore lioz com as dimensões que constam da figura junta, e que tem uma inscrição numa das faces, perfeitamente legível, na parte conservada.

Essa pedra, de grandes dimensões, parece ter sido a base dum monumento funerário de pessoa categorizada, porque apresenta na parte que ficava voltada para cima dois rebaixos, um quadrado (?) com cêrca de 0^m,07 de profundidade e, ao centro dêle, outro circular com 0^m,03 de profundidade que parece ser a mecha para uma res-piga talhada na peça de cantaria superior, como se usa ainda hoje para ligação de pedras de cantaria.

Qual fôsse essa peça superior é que se não sabe ainda, con-quanto tenha aparecido também um fuste de coluna com cêrca de 0^m,25 de diâmetro, que está ainda meio soterrado e que é possível que tivesse per-tencido ao mesmo monu-mento.

A pedra estava metida no meio do entulho, a cêrca de dois metros abaixo do nível da Rua das Canastras, parecendo que para ali ti-vesse sido lançada ou caída pelo seu próprio pêso, sem outro intuito que não fôsse o de ajudar a encher a es-cavação.

A escavação, onde ela foi lançada com a terra, foi o interior duma casa, com pavimento de lajedo, que, sendo subterrânea para o lado da Rua das Canastras, ficava apro-ximadamente ao nível da Rua dos Bacalhoeiros¹.

Esta penhorante carta inseria a cópia da inscrição, as dimensões da lápide e dois esboços das faces frontal e zenital.

Junto damos a fotografia do monumento, que está no Museu do Carmo. O epitáfio traduzido em português diz:

(Consagrado) *Aos deuses manes.*

(Em honra de) *Lúcio Lucrécio Nepos da (tribù) Galéria. Arria Quintilla, filha de Quinto e Lucrécia Avita filha de Lúcio manda-ram erigir.*



¹ Termina anunciando-me que êste monumento ia ser recolhido no Museu do Carmo, como foi, e convidando-me a ir examiná-lo *in loco*.

Esta epigrafe, sendo funerária em consequência da consagração aos Manes, é de tipo honorífico por ser dedicada em honra dum cidadão romano. Não tem pois a fórmula final que indicaria a jazida do defunto naquele lugar.

Segundo as leis da epigrafia, o L da 5.^a linha designa um *praenomen*, que é Lúcio; os gentilícios como Lucrécio não são susceptíveis de abreviaturas por siglas. De modo que a segunda personagem das dedicantes seria filha daquele, a quem o monumento foi dedicado.

A inscrição está inédita. O nome do defunto honorificado também é desconhecido. *Arria* é um *nomen* feminino não raro. *Quintilla* é, no caso dado, o *cognomen* de *Arria*; preferi esta forma à de *Quintilia*, porque como cognome não encontrei esta última forma em nenhum exemplo. Entre os *nomina* é que aparece algumas vezes nos Índices do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (II, Suppl.). O espaço ocupado pela palavra é em qualquer dos casos o mesmo, de modo que da medição da pedra não podia tirar-se argumento.

Lucrécia é um *nomen* de mulher freqüente, e até, na Lusitânia, aparece outra *Lucretia Avita*, diferente desta, porque era igeditanense e morreu com 2 anos¹. *Avita* era nessa época um *cognomen* bastante vulgar, mas de *Olisipo* só aparecem três, seriando já esta.

A paleografia permite atribuir ao séc. I esta inscrição. As letras vão decrescendo em altura desde a 1.^a linha, e assim encontram-se, incluindo a linha do D. M., de grandes caracteres, e a última, as seguintes alturas: 0^m,150, 0^m,110, 0^m,080, 0^m,055, 0^m,055, 0^m,065. Os nomes das dedicantes têm talvez com propósito, letras de igualdade.

A lápide é um enorme paralelepípedo, sem molduras e danificado em um dos lados, por onde parece ter servido de ombreira de porta. A sua altura é de 1^m,90 e largura 0^m,95. Espessura 0^m,90.

Na face zenital, com as cavidades referidas na carta acima transcrita, deveria fixar-se ou a base de uma coluna honorífica ou o pedestal da estátua de Lúcio Lucrécio Nepos; mas em qualquer dos casos era provável que se interpusse uma cornija.

O laconismo da epigrafe deixa-nos na ignorância completa da biografia do defunto.

O monumento só é pois notável pelas suas dimensões.

¹ Vid. *Corpus Inscr. Lat.*, II, 445.

XXV

Lápide olisiponense ressurgida

Uma segunda lápide appareceu na mesma substrucção, mas a maior profundidade, apesar de ser de muito menores dimensões. Estava a 7 metros. É uma estela simples de lioz, de forma rectangular, em cuja face frontal está gravado o seguinte epitáfio:

C(aius) IYLIYS
C(aii) F(ilius) Δ GAL(eria)
RVFINVS
AED(ilis) · DESIG(natus)
H(ic) S(itus) E(st)

Mede de altura: 1^m,030; de largura: 0^m,400; de espessura: 0^m,220. Os caracteres têm as seguintes alturas decrescentes: 0^m,550; 0^m,500; 0^m,450; 0^m,400; 0^m,350.

Epitáfio lacónico como os de mais antiga tradição. Tem porém uma inesperada história. É que, parecendo inédita, tam recôndita era a sua jazida, encontra-se já arquivada no *Corpus*, II, n.º 225! Como? O sábio E. Hübner transcreveu-a do P.º Tomás Caetano de Bem, autor da *Carta a um seu amigo*, etc.⁴ Foi depois arrastada com os entulhos do Arco da Consolação, onde primeiro appareceu, para o subsolo da Rua do Almargem do séc. XVIII².

Os *Rufinus* são *cognomina* freqüentes na península. Os *Caius Julius*, que abundam na *Olisipo*, comprovam a veneração em que, neste confim dos dominios de Roma, era tido Cesar, por virtude de actos de clemência por êle praticados para com pessoas ou povoações.

Edil era uma magistratura municipal e mais epígrafes olisiponenses há, em que êste cargo vem mencionado. *Designatus* era a si-

¹ Ms. fol. 115. Vem na 2.ª edição (1755) do *Sumário em que brevemente*, etc., por Cristóvão Rodrigues de Oliveira. Cf. Nisconde de Castilho, *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, I, 88.

² Hübner deu a informação de que esta inscrição appareceu com a do n.º 229 do *Corpus*. Aceitando o que diz Tomás C. de Bem, esta última teria sido levada para o Convento de Jesus; todavia Bayer viu-a em Beja no palácio episcopal. Seria êste o destino das duas ou três dezenas de lápides que se diz terem tido descaminho da colecção epigráfica daquele Convento?

tuação dos edis depois da sua eleição a meio do ano até as calendas de Janeiro, em que entravam para o desempenho das suas funções.

Apesar do pouco apuro epigráfico d'este título, elle pertence provavelmente ao séc. I em virtude da sua redacção e do onomástico do defunto.

No fundo do desatôrro que descobriu estas duas lápides, havia um muro com 0^m,80 de espessura que corria na direcção O.-E., fazendo um ângulo para Sul. Também vi uma grande pedra com almofada rústica, mas cuja antiguidade não pude fixar. Apareceu mais um grosseiro fuste, de superfície rugosa, incompleto, com quatro sulcos pouco profundos, circulares e espaçados entre si¹. Mostraram-me também uma telha semicilíndrica diferente das actuaes, muito grossa; era telha de canal de água. Um capitel de tipo acentuadamente jónico foi britado por inadvertência do encarregado das obras da Rua das Canastras.

XXVI

A necrópole de Olisipo e a via militar

Como acima relatei, duas inscrições antecedentes têm a mesma procedência e uma delas juntamente com outra, que Hübner menciona, provêm da antiga *Porta Férrea* do lanço occidental da cêrca moura de Lisboa ou *Arco da Consolação* do século de DCC.

Parece-me que esta dupla circunstância merece algum comentário e não será ella uma completamente indifferente para a história de *Olisipo* romana.

A primeira observação, que acode a quem perpassar os achados epigráficos da Lisboa antiga, é que o mencionado local é aquelle em que appareceu maior número de inscrições romanas. Este facto há-de ter uma explicação.

Busquemos uma e outra. Limitando o exame às epígrafes sepulcraes, pois que as inscrições doutra natureza são em pequena quantidade, organiza-se uma série em que o Arco da Consolação figura como tendo ministrado dezassete títulos funerários conhecidos; o largo de Santo António, que pertence à mesma área, contribuiu com quatro; a velha Sé com três; o Chafariz de El-Rei, que não fica distante para leste, também concorreu com quatro; Santiago, que se encontra com análoga orientação, oferece duas inscrições da mencio-

¹ As duas lápides e este fuste foram recolhidos no Museu do Carmo por oferta do Ex.^{mo} S.^{or} Vieira da Silva.

nada natureza. Excentricamente a esta faixa, o Castelo deu três lápides, S. Nicolau outras três e S. Paulo quatro ¹.

Além disto, do aludido Arco da Consolação, dizem os autores que foram aí encontradas, em 1782, vinte inscrições, embora não designem a classe a que pertenciam; mas não é temerário afirmar, em presença de tal número, que essas inscrições eram epitáfios de alguma necrópole romano-olisiponense.

O que pois se verifica é que, em uma área restrita que abrangia o Arco da Consolação, o Largo de Santo António, a Sé e agora a Rua das Canastras com a epígrafe inédita, se contam 25 epitáfios ali mesmo encontrados ². Fora desta área, os sitios menos afastados contribuem com 17 epígrafes sepulcrais esparsas e os mais distanciados, como S. Paulo, S. Domingos, Anjos, Boa Hora, e Chiado não concorrem com mais do que 9 lápides desta classe. Seria muito exigir da lógica da minha hipótese não reconhecer que devem ter-se dado, em todos os tempos, transportes de lápides, tanto mais possíveis quanto menores fôsem as distâncias a percorrer.

Em presença destes factos, poderá alguém acoimar de leviana a conclusão que perfilho, de que os túmulos da Lisboa romana ocupavam a área da encosta extra-urbana, área que corria desde

¹ Eis o extracto numérico das epígrafes funerárias olisiponenses, segundo as indicações do *Corpus*, vol. ix, e do *Supplementum*. Arco da Consolação: n.ºs 192, 202, 209, 214, 221, 225, 227, 229, 232, 240, 241, 243, 244, 247, 253, 255, 256; Largo de Santo António: n.ºs 206, 218, 220, 5:219; Chafariz de El-Rei: n.ºs 200, 207, 228, 248; Castelo: n.ºs 217, 237, 239; Sé: n.ºs 201, 4:994, 5:004; adro e igreja de Santiago: n.ºs 173 e 193. Todos os outros locais, onde se encontraram lápides sepulcrais, deram, cada um, uma só inscrição. Esses locais são: Madalena, Alfândega Velha, Porta do Sol, S. Brás, S. Vicente, Santos-o-Novo, Santa Clara e Casas do Conde de Portalegre. Neste último sitio fez-se o notável achado de uma rica sepultura marmórea com uma urna de vidro, que continha cinzas, carvões, moedas romanas e jóias; a inscrição correspondente tem em Hübner o n.º 219, e isto não é insignificativo, sabendo-se o local destas «Casas». Mas diz Gasco que appareceram bastantes letreiros além do desta sepultura.

No *Arch. Port.*, ix, 59, registou-se o apparecimento de duas lápides tumulares defronte do Mercado do Gado e junto do Campo Grande, onde talvez tivesse havido uma necrópole romana, ou meras sepulturas individuais.

Da colecção antiga do Convento de Jesus, menciona Hübner as inscrições n.ºs 224, 233, 234, 235, 236, 238, 251; mas não se referindo a sua proveniência anterior, nenhuma conclusão se pode tirar desta série.

² Se nas 20 lápides referidas pelos autores se inclui alguma ou algumas das 17 do *Corpus*, não devendo portanto confiadamente somar-se 20 + 17, é dúvida, cujo alcance não invalida o facto a que me refiro e as deducções a que elle dá origem.

a Porta Férrea do séc. XII para leste? É a mais plausível explicação da abundância de lápides funerárias num espaço suficientemente delimitado.

Julgo portanto ponto assente que a «cérca moura», segundo a terminologia consagrada pelo exímio olisipógrafo e distinto engenheiro Vieira da Silva, veio depois encerrar, nos braços das suas muralhas, um espaço destinado pelos habitantes de *Olisipo* para guarda das suas cinzas e avizinhado ao próprio ópido que os grandes edificios da população viva, como o teatro e as várias termas, ocupavam para as bandas de oeste¹.

Mas não ficam por aqui as conclusões que interessam à história da segunda capital da Lusitânia. Vejamos o alcance delas.

Nunca os romanos depositavam os restos dos seus mortos dentro das povoações. Era esse um antiquíssimo preceito da sua civilização.

Gosto de me abonar com experimentados autores: *Les cimetières romains n'étaient jamais placés dans l'intérieur des villes: la loi l'interdisait formellement, surtout pour des raisons religieuses. La défense ne comportait que de rares exceptions à Rome, en faveur des Vestales ou de quelques personnages qu'on voulait honorer particulièrement; elles étaient plus rares encore ailleurs. Pour l'ordinaire toutes les sépultures étaient disposées le long des grandes voies qui partaient des cités et rayonnaient dans les différentes directions. Il suffit de rappeler, à cet égard, le spectacle qu'offre, aujourd'hui encore, la Voie Appienne, avec les grandes tombes dont les ruines l'encadrent à droite et à gauche et la voie de Pompéi, dite «Voie des Tombeaux». Les découvertes de monuments funéraires ou d'épitaphes faites dans toute l'étendue du monde romain montrent qu'il y avait là une règle universellement appliquée.*

.

¹ Estou nesta suposição com a boa companhia de E. Hübner (*Suppl.*, p. 410) que, a seguir, escreve: *Ibi enim arcem fuisse jam a Decimo Bruto munitam, si recte Strabonis verba emendavit Kramérus (III, 3, 1) et templum, in cuius locum ecclesia cathedralis cessit, probabile est. Tamen oppidi veteris situm portas nondum quisquam, quantum scio, accuratius demonstravit.* O que me parece pouco provável é que fôsem os bárbaros, que eram cristãos, os que se encerraram dentro dêsse corredor de muralhas que descia do castelo ao mar, assentando as suas habitações sôbre os alicerces dos mausoléus pagãos dos olisiponenses. Não teriam os agarenos a mesma repugnância ou os mesmos escrúpulos para o seu afortalecimento.

*S'il était habituel que les citadins choisissent, pour y faire élever leur tombe, le bord d'une des routes importantes voisines de la ville qu'ils habitaient, il n'était pas rare non plus qu'on se fît enterrer à la campagne dans sa propriété, que celle-ci longeât une route ou fût éloignée de toute grande voie de communication*¹. (R. Cagnat et V. Chapot, *Manuel d'Archéologie Romaine*, Paris 1916, I, p. 323).

Ora de Lisboa partia uma via romana de grande movimento, pois que em Santarém, sede do Convento Jurídico, se ramificava em três vias, uma para Braga e duas para Mérida, capital da província. Os marcos ou miliários que ladeavam essas esplêndidas vias de comunicação são principalmente, ainda hoje, no reduzido número em que se encontram ou de que há notícia, os indicadores da trajectória d'esses caminhos militares que nos fizeram dizer: *todos os caminhos vão dar a Roma!*

Ora da via *ab Olisipone Bracaram* (ou *Emeritam*) logo adiante de Lisboa, para NE., resta-nos a notícia dum miliário em Chelas (*Corpus Insc. Lat.*, II, n.º 4:631), foco de antiguidades romanas e outras posteriores e, depois de Chelas, a dos vestígios da ponte romana de Sacavém, vestígios hoje completamente destruídos.

A directriz da estrada romana está pois traçada e marcada por estes dois pontos extra-urbanos, aos quais outros se seguem que não interessam a este estudo. Para àquem de Chelas, Lisboa.

¿De que parte de *Olisipo* arrancava então o caminho para *Scalabis*? Eis o que me parece que pode presumir-se em face das considerações com que comentei a existência do campo epigráfico, que os remeximentos do séc. XVIII revelaram. A via militar partiria da encosta meridional de *Olisipo*, dum ponto então quasi marginal do *Tagus*, e prosseguiria encurvando-se de L. para NE. com uma trajectória que os achados de lápides tumulares ficam mais ou menos rigorosamente assinalando nas imediações do Arco da Consolação, do Largo de Santo António, da Sé Catedral, das casas do Conde de Portalegre, do Chafariz de El-Rei, de Santiago, de S. Brás, etc., para me servir dos locativos setecentísticos.

Os monumentos sepulcrais, ostentosos uns, modestos outros, alinhar-se-iam ao longo da via de ciclópico lajedo, como nas outras cidades do império romano, e os mármore, de que se compunham,

¹ Brevemente me occuparei dum caso d'estes a propósito duma lápide que encontrei a pequena distância de Lisboa.

foram depois arrastados nas derrocadas ou utilizados pelas gerações sucessoras e transportados para pontos diversos, mas sendo pouco provável que se afastassem muito da sua situação primitiva e, menos ainda, se tivessem de ser conduzidos para níveis superiores do terreno.

Novembro de 1925.

F. ALVES PEREIRA.

As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo

I

Comendas da Ordem de Cristo

Documentos para a sua história

É um facto geralmente sabido que a região ao sul do Tejo compreendida hoje na área administrativa do distrito de Portalegre, ao constituir-se a nacionalidade, não era mais que um deserto coberto, na sua maior parte, de urzes e matagais bravios onde, de longe em longe, apenas algumas ruínas assinalavam a passagem das álgaras devastadoras das ordas muçulmanas. É na benéfica acção das ordens militares, especialmente nos anais da Ordem do Templo e nos belicosos feitos dos seus monges soldados, que se podem encontrar os primeiros e mais valiosos subsídios para se reconstituir a história desta parte da terra portuguesa, a sua conquista e incorporação na antiga monarquia, a história do seu povoamento, da sua colonização agrícola, da sua vida económica e religiosa, enfim do alvorecer da sua nascente vida social. Foi, com efeito, a parte norte da velha província de entre Tejo e Guadiana o campo onde os aguerridos e denodados cavaleiros do Templo conquistaram em atrevidos fossados, em sanguinolentos e acesos prélios, numa obstinada e vigilante defesa de fronteiriços, as maiores honras e mercês para a sua Ordem, como foi também neste canto do território nacional, tam experimentado em lides e combates em quasi todos os mais importantes sucessos da nossa história militar, que tiveram o seu assento as outras duas não menos gloriosas milícias de cavaleiros, a Ordem do Hospital, com a sua sede na vila do Crato, e a Ordem de Calatrava, cujos monges cavaleiros foram primitivamente denominados freires de Évora e mais tarde